

essas composições líricas consituírem três sermões moralizantes, proferidos por duas personagens alegóricas, ligadas à religião: o "Temor" e o "Amor de Deus" e que o emprego da glosa objetiva o desejo de querer dar a Anchieta "relevância e majestade à pregação".

No último capítulo, as personagens que "constituem ponto basilar para a caracterização do teatro de Anchieta" são agrupadas em dois blocos: o dos seres alegóricos diretamente ligados ao Cristianismo — anjos, diabos, santos, a alma, os Reis Magos, o "Temor", o

"Amor de Deus"; o das figuras menos ligadas à religião —romeiros, um embaixador, dois imperadores romanos; o das figuras alegóricas ligadas à vida política — "Vila de Vitória", "Ingratidão", "Governo" e, por fim, o dos pertencentes ao mundo social local, principalmente os índios, adultos, velhos e crianças. A caracterização psicológica, penetrante e viva, das personagens mais representativas e ao estudo interpretativo de suas ações e falas respectivas (vejam-se, a exemplo, os diabos, a "Ingratidão", a "Vila de Vitória", entre ou-

tros) seguem-se observações inteligentes e objetivas que esclarecem pontos difíceis e levam o leitor a melhor apreciar a peça e bem compreender os desígnios religiosos e políticos do autor. No que concerne à caracterização geral da peça, deve destacar-se também o paralelo estabelecido entre o Auto de Anchieta e o de Gil Vicente, em que a profa. Edith Pimentel Pinto, mais uma vez, comprova sua erudição e a argúcia de sua crítica.

Na conclusão, a A. faz a síntese dos pontos importantes e completa as considera-

ções acerca do autor e do Auto, após o que, como já foi dito, inclui o glossário, muito bem organizado, e a bibliografia, notável pela abundância e pela alta qualidade das obras que a compõem.

Assim pois, por todos os méritos aos quais se alia o de ser vazado em linguagem clara, objetiva e agradável, inclui-se este trabalho entre aqueles dignos de serem lidos e apreciados não só por especialistas, mas por todos os estudiosos interessados na exegese e na crítica de textos literários.

Ciências Humanas

A emancipação dos índios

Vilma Chiara

Os ecos das divergências entre antropólogos e os membros do governo representados pela Funai chegam à França, onde se desenvolvem seminários e discussões a respeito.

Nós, que estamos enfiados numa operação de desenvolvimento econômico entre os índios Krahô (1), nos sentimos especialmente envolvidos nessa questão. Emancipação? Sim, mas como? É este, aliás, o nosso problema de base. Sobre ele estivemos refletindo e até mesmo agindo, sofrendo muitas pressões, sentindo na carne os mais cruciais problemas.

Desde 1964 insistimos em dar aos índios os elementos para sua libertação econômica. Os Krahô, nessa época, estavam numa situação de plena crise o que se traduzia simplesmente por uma situação de fome. Já em 1958 e também em 1964 nós lá estivemos, Harald Schultz e eu, famintos ao lado deles. Nossas provisões, que não eram poucas, se volatilizaram em duas semanas, atendendo ao apelo que víamos estampado nos olhares cobiosos sobre as nossas panelas fumegantes. Depois dessas semanas, tendo também terminado as nossas verbas de pesquisadores do Museu Paulista, nos vimos obrigados a ter que receber dos índios aquilo que eles podiam nos oferecer. Um pedaço de carne seca do tamanho de um palito, um punhado de arroz ou uma batata-doce ressequida era o que conseguíamos, às vezes, num dia. Depois, íamo-nos, pensando em comer à vontade ao chegar em São Paulo, mas com o coração pesado, lembrando que os krahô não tinham essa alternativa.

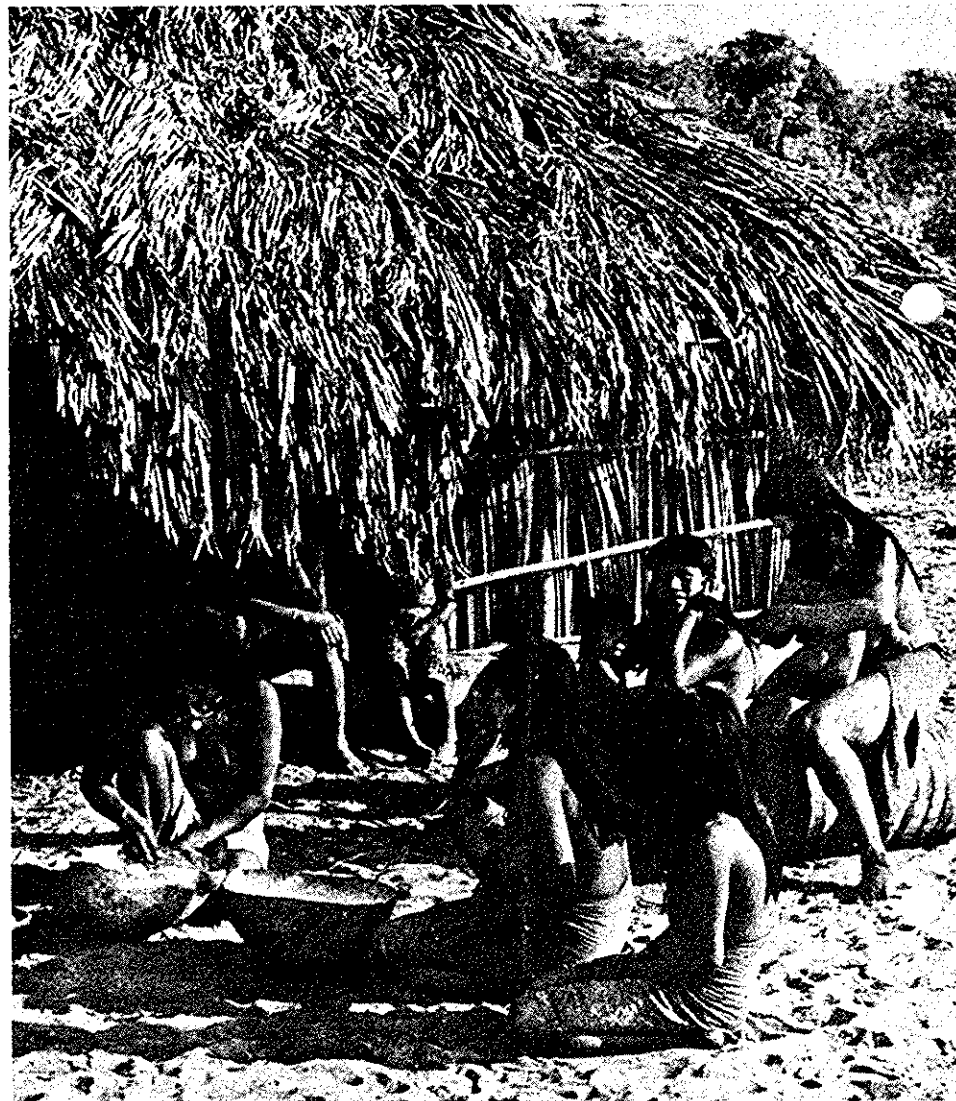
Muitas vezes levávamos para casa alguns dos homens, mulheres e crianças mais atingidos pela falta de nutrição e devolvíamos à tribo gordos e recuperados. Mas por quanto tempo?

Foi por isso que tentamos, em 1964, introduzir um magote de reses numa das aldeias. Isso tínhamos conseguido após penosa campanha em S. Paulo. Sinto-me na obrigação de agradecer à Volkswagen do Brasil pelo gesto louvável de oferecer gratuitamente à nossa campanha, dois carros novos que, vendidos, forneceram a maior parte do dinheiro para a compra de 25 boas vacas da região.

Nessa aldeia desencadeou-se uma situação experimental. Em 1968, quando eu já me tinha instalado em Paris, recebi, do professor Melatti da Universidade de Brasília, a notícia de que o magote de reses existia ainda. Seria este um sinal do sucesso? Estariam os índios aptos a receber mais e prontos a galgar uma evolução econômica? Acreditei que sim. Procurei, então, um organismo da ONU e da FAO que tem por vocação apoiar esse tipo de desenvolvimento econômico — o Comitê Francês pela Campanha Mundial contra a Fome. Seu presidente, o professor Michel Cépède se dispôs a prosseguir na experiência que se anunciava. Assim foi que, em 1970, parti para o Brasil e me alojei, durante alguns meses, entre os krahô para comprar, de seus vizinhos, 250 cabeças de gado.

Porém, desta vez, o gado distribuído entre as aldeias de Pedra Branca, aumentando o rebanho, e a de Cachoeira, iniciando um

Com o intuito de desenvolver entre os índios Krahô novos métodos de agricultura e pecuária, como primeiro passo para sua emancipação, um grupo de antropólogos e técnicos estabeleceu-se às margens do rio Tocantins. Os primeiros resultados da experiência são relatados neste artigo.



A manutenção das tradições Krahô.

primeiro núcleo de criação, conheceu o seu primeiro fracasso. Uma epidemia de febre aftosa que grassava naquela parte do País aniquilou os rebanhos.

Fomos criticados, já antes disso, pelos funcionários do Posto Indígena que queriam controlar e cuidar desse gado. Resistimos sempre, tendo doado as reses diretamente aos índios. Por que mantê-los sempre sob estrita tutela? Mesmo com esse prejuízo, valia a pena manifestar, face aos índios, a nossa confiança e esperar que do fracasso eles mesmos obtiriam uma experiência própria.

Mas, para dar um certo apoio técnico a esses futuros e prováveis criadores, o Comitê Francês decidiu enviar um técnico em agropecuária, em 1973. (2)

Foi então que começou, para nós, mais do que para os próprios índios, a verdadeira experiência.

Acreditávamos, então, antropólogos e técnicos, que tudo poderia ser resolvido por simples etapas técnicas. Os índios se mostravam motivados, prontos para agir. Discutíamos os problemas com muita lógica e acerto com eles. O técnico francês chegou logo à conclusão de que, antes de instalar as bases para o início de uma criação bovina, era necessário incrementar a agricultura. Nisto se lançou ele, cultivando a terra, estabelecendo uma plantação variada, como era o costume dos índios. Para isso, convocou a ajuda e levantou o interesse dos adolescentes. Inútil. Os demais índios não se mostraram influen-

ciáveis por esse exemplo. Ao contrário, pilharam alegremente a plantação do francês, degustando os tomates e pepinos que ele tinha tido a idéia de introduzir à guisa de exemplo.

Durante três anos, a situação pouco mudou, para o desespero dos antropólogos da Funai, que tentaram introduzir novas técnicas de motivação. Sacos e sacos de sementes de arroz foram doados. Estas eram simplesmente comidas! Quantidades de ferramentas eram distribuídas. Elas eram simplesmente vendidas! E a tuberculose grassava sempre, fazendo novas vítimas. Como explicar essa inconsciência suicida dos índios?

Foi então, em 1975, que obtive do Comitê Francês os meios para iniciar uma campanha de estudos antropológicos. Até então, minha atuação tinha sido de atentar, de longe, para que o técnico não se decidisse a tomar decisões no plano político da aldeia, o que ele seguia fielmente. Assim também o fez o segundo técnico que veio substituí-lo.

Ao que chegaram as pesquisas? Vou me dar à difícil tarefa de abreviar todo esse trabalho de colher material, ordená-lo, refletir, examinar... para chegar a uma certa conclusão.

E essa conclusão, simplíssima foi a mais difícil de ser traduzida em ação, de ser posta em prática. Ela é, porém, óbvia, compreensível para todos, antropólogos e leigos!

Vamos por etapas. A primeira demonstração de que algo estava minando a sociedade e repercutindo perigosamente em todas as atividades econômicas, levando os índios à crise e à fome, foi o recrudescimento do número dos "curadores". Quem diz "curador", diz arma de dois gumes. Ele cura, sim, mas também tem poderes para prejudicar e até para matar. Que arma eficiente, que poder, que vantagens econômicas se abrigam sob essa capa misteriosa e incontrolável! Chantagens se desenvolviam obscuramente sob nossos olhos, sem que nós não o percebêssemos. E os índios, temerosos e sabendo de nossa incredulidade, escondiam essas mazelas cuidadosamente.

Se as iniciativas dos líderes políticos, manifestadas abertamente, eram sistematicamente espezinhadas pelos brancos administradores todo-poderosos, as dos curadores se mantinham na sombra e prosseguiam trazendo-lhes benefícios através do medo, de um lado, e da cura de doenças psíquicas de outro. Como não escolher essa profissão tão lucrativa? Quem não estaria tentado a ser um curador, nem que fosse para se proteger dos ataques de outros curadores e também para defender sua família?

Como fazer frente a esse mal? Os próprios índios, uma vez o problema ventilado, trazido penosamente à tona, discutido, chegaram à solução: "antigamente", disseram eles todos, em outras palavras, "quando um curador se tornava incômodo, desequilibrado, aproveitador e preguiçoso, procurando obter por chantagens o que os outros conseguiam como fruto do trabalho, ele era simplesmente condenado à morte". Isso foi antigamente, pois hoje os líderes políticos das aldeias não mais têm esse poder.

Mas seria apenas essa faculdade, essa liberdade de ação que estaria sendo esmagada?

Certamente que não... só! Esse seria apenas um aspecto da impotência dos velhos sábios, dos dirigentes, daqueles que os jovens olham com respeito e admiração.

Há muitos outros aspectos, e talvez mais importantes do que essa manifestação de força política interna e do âmbito de cada aldeia. Além de não poder mais defender a sociedade contra o ataque frontal dos curadores que "desandaram" psiquicamente, eles também se vêem sistematicamente criticados pelos jovens "brancos", administradores do Posto, e professoras ainda inexperientes, pelos enfermeiros e até... pelos antropólogos.

Estes os viam como ingênuos, não versados em operações econômicas, desperdiçando dinheiro, comprando "bobagens", indiferentes ao trabalho. Mas ninguém sabia que o desestímulo se cristalizava na presença de chantagistas esfomeados agindo impunemente. O dinheiro era gasto rapidamente, as coisas trocadas vertiginosamente, como se tudo lhes queimasse as mãos.

Veja só, o leitor, em que panorama social tentávamos estimular uma emancipação econômica. Como consegui-lo, se cotidianamente os líderes recebem reprimendas como se fossem crianças? São publicamente declarados incapazes de dirigir os jovens? E estes últimos, então, que foram de um dia para outro guindados à posição de líderes de força, delegados de poderes armados pela (felizmente hoje extinta) *Guarda Indígena*, sem ter para isso as bases sociais da estrutura indígena?

Isso tudo sem falar no sistema de vender fiado aos índios pela "Cantina", espécie de loja do Posto Indígena. O dinheiro recebido, ainda hoje, pelos ex-guardas e pelos aposentados fica logo na sua "caixa". Cor de dinheiro, só a do miúdo. Ele roda fácil, pois foi ganho com toda a facilidade... Trabalhar? É melhor ganhar sem fazer nada! Bastante lógico. Mas também bastante dependente. Emancipação? Como? Para quê? Isso só traz desvantagens, individualmente, e para a sociedade é o fim.

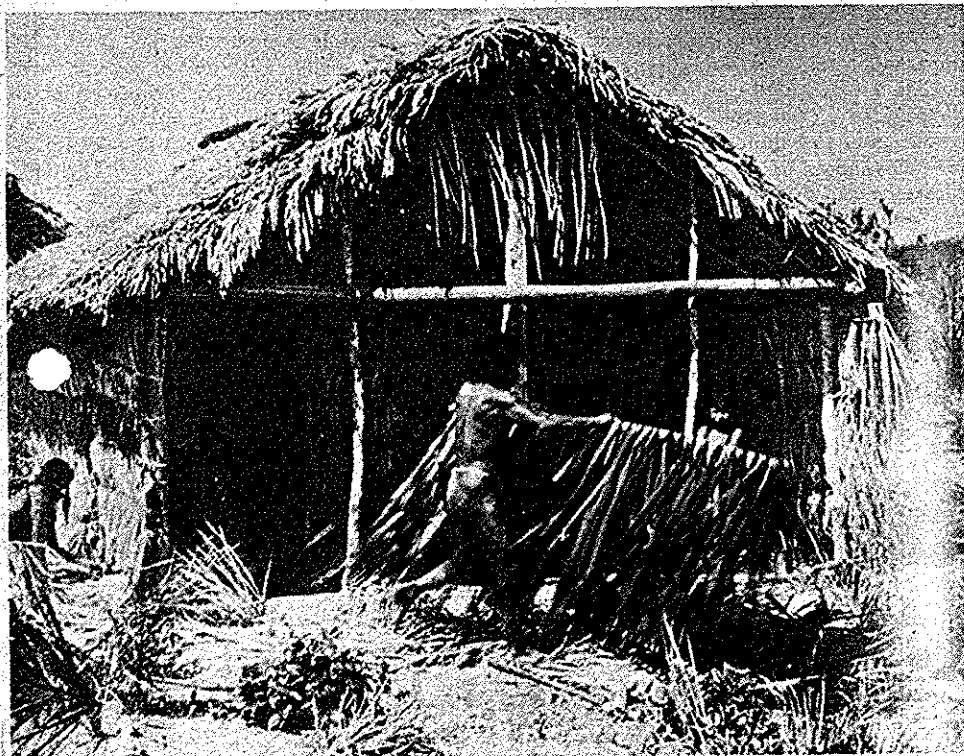
Uma solução: mudar as mentalidades. De um lado, extirpar dos "brancos" a idéia de que eles são superiores e detêm a verdade máxima e final. Fazê-los respeitar a lógica, a iniciativa dos outros, mesmo se estas lhes parecem infantis e absurdas. Apoiar pequenas iniciativas sem exigir o seu estrito enquadramento em regras de alta economia. Evitar misturar-se nas decisões dos velhos, querer dirigi-los. Deixá-los viver!

De outro lado, do lado do índio, conseguir fazer marcha à ré em tudo o que representa a experiência de duas gerações de velhos colocados diante de uma grande barreira, do alto da qual lhes caem grossas pedras esmagadoras. Fazer com que deixem de lançar olhares interrogadores, inquietos a qualquer movimento que façam. Dar a eles uma oportunidade de encontrar um recinto onde só eles, e mais ninguém, possa ali reinar. Um equivalente ao âmbito do sobrenatural, lá onde o curador é o senhor, longe das intromissões dos "brancos".

Aqui entramos na segunda etapa das nossas conclusões. A compreensão do sistema social Krahô através dos símbolos que moldam a mentalidade e as atitudes, nos levou a perceber por que, sob uma capa de irresponsabilidade, de aceitação, de obediência, há uma reação subterraneamente suicida.

Abreviando nossa exposição para o que é mais pertinente, apontamos para o tipo de "poder político" que ali encontramos. Na realidade, não se trata propriamente de "poder", mas de "capacidade". Não há "chefe", mas vários líderes. Os homens maduros, vigorosos e sábios, tentam convencer os demais, pela palavra, a segui-los. Os outros avaliam a sua capacidade e, se convencidos, seguem-nos.

Esta "liberdade" individual, esta margem de escolha e decisão está presente em todas as esferas do pensamento Krahô. Se um homem ou uma mulher não está plenamente convencido de que deve agir de uma certa forma, ele é responsável pelos seus atos. Só os "pseudo-chefes" estabelecidos e reconhecidos pelos "brancos" não podem fazê-lo. Eles "devem" escutar as ordens dos Chefes-de-Posto! E "devem" convencer os outros de algo que eles



Sem os líderes antigos, a tribo se desintegra.



Como preparar o futuro?

próprios não estão convencidos. Não são obedecidos e recebem, em consequência, reprimendas.

Toda essa incongruência em que se envolve a dinâmica do contacto leva a uma extrema angústia e à desintegração da sociedade, pois, onde os líderes não são mais "guias", onde está o caminho?

É nessa altura, hoje — hoje mesmo —, que

tentamos restabelecer o poder de decisão e a estatura dos líderes Krahô. Não precisamos convencê-los a encontrar os meios para um harmonioso entrosamento com a economia nacional. Eles estão conscientes dessa necessidade. Eles *querem* se integrar nela e isso eles sempre quiseram, desde que conheceram os utensílios de ferro. Como obtê-los? Através de trocas. O que oferecer para trocar? Como trocar sem ser paternalizados? Como seguir os caminhos através da nossa economia tão complexa?

Os líderes, pois, devem aprender tudo isso para continuarem a ser líderes, mas através de uma efetiva atuação. Para aprender, é necessário poder manusear.

Foi então que, na tentativa de achar uma solução, entregamos nas mãos dos líderes de cada aldeia uma simples maleta com dois cadeados. Dentro dela, um pouco de dinheiro; fora dela, ferramentas como capital inicial.

Ali está concretizado um esboço de pré-cooperativa de produção e consumo. Pequeno, prático, acessível.

A produção se baseia num produto agrícola — o arroz. Os Krahô sabem plantar e colher arroz em pequena escala. Foi necessário convencê-los a adotar certas técnicas para obter melhores resultados com o mesmo tempo de trabalho: racionalização das plantações exclusivas de arroz, plantadeiras manuais, técnicas de colheita mais rápidas. Essas técnicas podem ser absorvidas não só intelectualmente, mas também — e sobretudo — economicamente.

Tendo sido resolvida a etapa técnica, resta a outra. Cada aldeia é uma unidade política e econômica. Cada uma recebeu, portanto, a sua maleta e alguns conselhos para a sua gerência. São estes: não fazer fiado; comprar a produção a preço do mercado regional na época da colheita; estocá-la; vendê-la no fim da safra, quando o arroz alcança o maior preço; reunir todos os produtores para decidir o que fazer com o lucro assim obtido.

Ninguém deve interferir, mesmo se a decisão de todos for, a nossos olhos, negativa. O resultado deve falar por si próprio e contar como experiência.

Como no primeiro ano, este que se inicia, a produção será pequena, o excedente poderá ser facilmente manipulado pelos índios. A quantia de dinheiro envolvida poderá ser compreendida; estará à altura da sua capacidade econômica.

Um primeiro apoio, dando a cada aldeia os meios financeiros para a primeira compra da produção de arroz, seria a única interferência. Conselhos, quando pedidos, não devem ser revestidos de autoridade. Um técnico de desenvolvimento nunca deve substituir um líder político, mas apenas oferecer seus conhecimentos numa área em que os próprios índios querem penetrar.

Como dissemos acima, a solução parece simples. O que é complicado, não é a ação entre os índios, mas tentar convencer o civilizado deturpado por uma longa tradição paternalista de que, se ele se considera "filho de um patriarca não se deve arvorar em "patriarca" lá onde os homens não precisam desse personagem antipático para poder viver bem.

Neste ano de 1979, os Krahô deverão ter um pequeno excedente de arroz, logo, um início para pôr em marcha a idéia da pequena cooperativa. Espero poder ali estar, dentro de poucos meses, para concluir meu trabalho e verificar os resultados dessa experiência de desenvolvimento econômico e, portanto, do primeiro passo para a emancipação desse povo que aprendi a amar e respeitar.

Quem compreende o pensamento lógico, a beleza de todo um sistema simbólico que rege uma sociedade, só pode se inclinar modestamente e abandonar aquele nosso típico ar arrogante e seguro. Quantas e quantas vezes não tornamos ridículos aos olhos dos sábios indígenas que ficam ali, impotentes, sem poder agir para defender sua sociedade contra essa poluição mental arrasadora...

1 — Os índios Krahô têm seu território em pleno cerrado ao Norte do Estado de Goiás, à direita do rio Tocantins. São mais ou menos 680 a 700 índios repartidos em 8 aldeias, das quais duas grandes, de cerca de 160 almas cada uma. Falam um dialeto da língua Jê, tal como os Xavantes, os Caiapós e os Suya do Xingu.

2 — A FUNAI estabeleceu com o Comitê Francês, da ONU, um convênio, pelo qual ficou a cargo desse organismo uma ação de desenvolvimento econômico.